



HOJE EM DIA

HOJEEMDIA.COM.BR - ANO XXXVIII - Nº 13.241
ASSINATURA/RELACIONAMENTO COM O ASSINANTE: (31) 3253-2205 - DIGITAL.HOJEEMDIA.COM.BR
WHATSAPP: (31) 98371-5903 - E-MAIL: ATENDIMENTO@HOJEEMDIA.COM.BR

FIQUE POR DENTRO COM TODOS OS CANAIS DO HOJE EM DIA

- ON-LINE
- HOJEEMDIA.COM.BR
- FACEBOOK.COM/JORNALHOJEEMDIA
- INSTAGRAM @JORNALHOJEEMDIA
- TWITTER @JORNALHOJEEMDIA
- WHATSAPP — 31.98372-1031

14°C A 27°C
MUITAS NUVENS COM NEVEIRO



SEGUNDA
BELO HORIZONTE / MG

27 JUL 26



Ser conselheiro só para cumprir tabela é um erro. Se for omisso ou conivente com erros do síndico, pode até ter que indenizar o condomínio. Leia na coluna de Kênio Pereira. **PRIMEIRO PLANO** — P.5

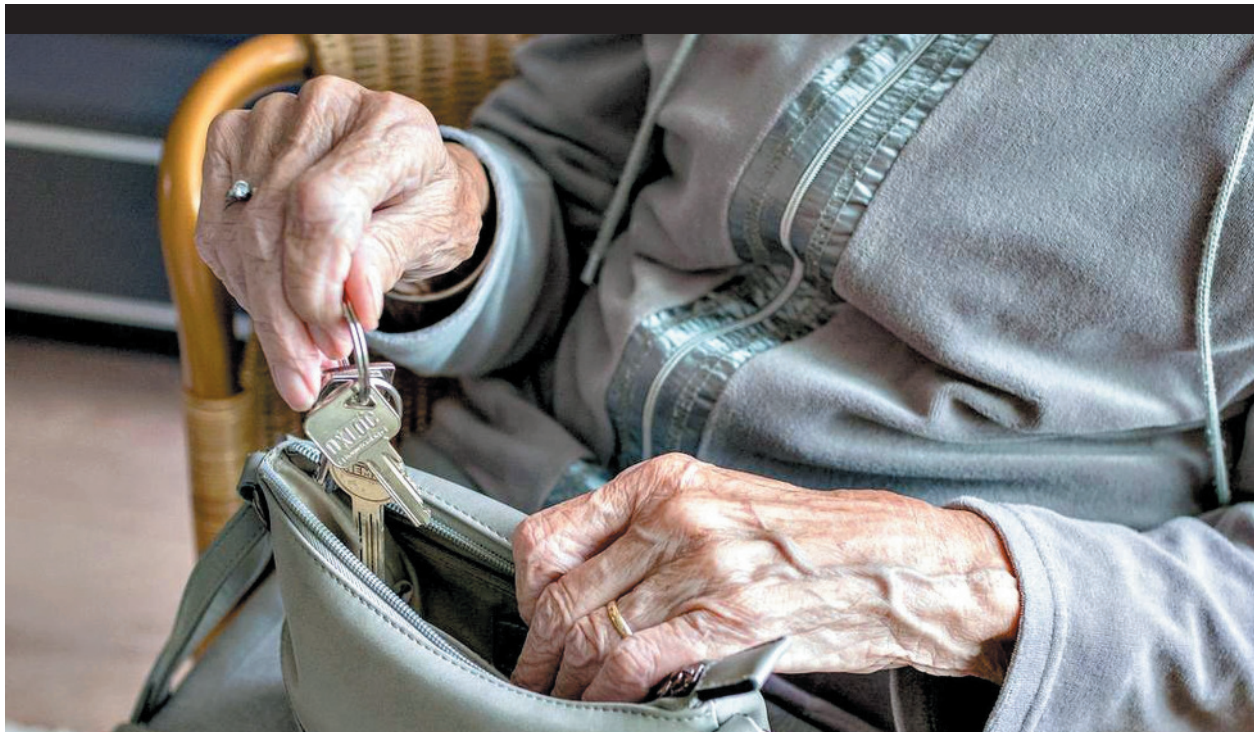
MERCADO ILEGAL DE CANETA PARA EMAGRECECER PERDE QUASE R\$ 1 MI

Estimativa refere-se ao 1º semestre do ano em Minas e foi feita pela Receita Federal com base no valor comercial de cargas contrabandeadas apreendidas. Cifra é 11 vezes

superior à apurada no mesmo período de 2025. Situação preocupa médicos e autoridades sanitárias, já que as mercadorias confiscadas não têm registro na Anvisa e

podem trazer riscos à saúde. De 1º de janeiro a 31 de maio, PRF recolheu 202 canetas emagrecedoras e 655 ampolas ilegais nas BRs que cortam Minas. **HORIZONTES** — P.8

SABINE VAN ERP/PIXABAY



Prova de vida pode ser feita pela internet, sem necessidade de deslocamento. Também é possível presencialmente, no Bradesco

VALÉRIA MARQUES



APOSENTADOS DA PBH PODEM FICAR SEM SALÁRIO

Risco é para aqueles que não fizeram a prova de vida até a próxima sexta-feira (31), quando termina o prazo para os nascidos em julho. Dos 1.754 beneficiários aniversariantes deste mês, metade ainda não tinham feito o procedimento até o último dia 22. Veja como proceder. **PRIMEIRO PLANO** — P.4

METRÔ CIRCULA EM UMA SÓ VIA A PARTIR DE HOJE

Medida vale para alguns trechos da linha 1, devido a obras que seguem até o dia 31. Trens vão operar em linha única entre as estações Calafate, Carlos Prates e Lagoinha. Com isso, usuários precisarão conferir o sentido da viagem nas plataformas antes de embarcar. Das 20h às 23h, intervalo das partidas será de 28 minutos. **HOJEEMDIA.COM.BR**

UMA VIDA DE DETERMINAÇÃO, OUSADIA, AMOR AOS LIVROS E À HISTÓRIA QUE POUCOS CONHECIAM. À FRENTE DA PRIMEIRA EDITORA ESPECIALIZADA EM LITERATURA NEGRA NO BRASIL, MARIA MAZZARELLO COMEMORA OS 45 ANOS DA MAZZA EDIÇÕES E FALA DO CAMINHO ATÉ AQUI. **PÁGINA DOIS**

acompanhehojeemdial.com.br

► MARIA MAZZARELLO

‘AS CRIANÇAS SE RECONHECEREM NAS HISTÓRIAS SEMPRE FOI MEU OBJETIVO’

DESTAQUE DA LITERATURA NEGRA ENFRENTOU PRECONCEITO E OBSTÁCULOS PARA FUNDAR EDITORA

VALÉRIA MARQUES

| GABRIELA DE CASTRO*

| gabriela.castro@hojeemdial.com.br

Aos 85 anos, Maria Mazzarello dedicou praticamente metade da vida à Mazza Edições, primeira editora especializada na publicação de literatura negra no Brasil. Nascida em Ponte Nova, na Zona da Mata, a mineira ficou marcada, ainda na infância, pelo impacto do racismo. “Queria participar da coroação de Nossa Senhora, mas não podia porque diziam que menina preta não podia ser anjo”, conta.

Ao se mudar para Belo Horizonte no início da adolescência, enfrentou diversos obstáculos e preconceitos para acessar novas oportunidades e acabou se encontrando no mercado editorial. Quando teve a possibilidade de estudar na França, Maria Mazzarello voltou para o país natal disposta a publicar autores negros. Assim nasceu a editora, que completou 45 anos em 2026.

Ao Hoje Em Dia, Maria Mazzarello conta a própria trajetória de pioneirismo e como foi montar a Mazza Edições do zero. Ela também comenta os impactos da Lei Federal 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, e indica obras da literatura negra que considera indispensáveis.

Como teve início sua relação com a literatura?

Foi durante minha infância. Meu pai morreu cedo e minha mãe criou nove filhos lavando roupa para fora. Ela sempre trouxe li-



vros e jornais das casas onde trabalhava. Eu aprendi a ler aos 4 anos, talvez porque meus irmãos já estivessem na escola e levassem as cartilhas para casa.

Quando completei 13 anos, minha mãe já tinha dois filhos morando em Belo Horizonte. Ela acreditava que, em Ponte Nova, nosso futuro seria limitado, principalmente por ser uma cidade muito preconceituosa. Ela pensava que viver em uma capital nos daria mais oportunidades.

E como foi essa mu-

Mineira ficou marcada, ainda na infância, pelo impacto do racismo. “Queria participar da coroação de Nossa Senhora, mas não podia porque diziam que menina preta não podia ser anjo”

dança?

Chegando a BH, eu estudava à noite na Escola Comercial Tito Novais e trabalhava de dia. Minha tia conseguiu um emprego para mim como secretária de um médico para quem ela lavava roupa. Trabalhei nesse consultório até os 16 anos. Porém, chegou um momento em que senti que precisava ganhar mais, porque o médico pagava muito pouco. Eu queria receber salário mínimo e ter carteira assinada.

Depois comecei o curso de contabilidade no Institu-

to Municipal de Administração e Ciências Contábeis (Imaco). Sofri muito preconceito na busca por emprego, até conseguir uma oportunidade na gráfica do Instituto de Educação. Chegando lá, vi uma IBM Executive elétrica, uma máquina de escrever bem diferente das comuns. Eu não fazia ideia de como ligar aquilo, muito menos de como operar. Quando me contaram que o teste ia ser nessa máquina, na mesma hora comecei a chorar.

O rapaz que ia aplicar o teste ficou muito sensibilizado com a situação, saiu da sala e foi conversar com o chefe da gráfica. Quando voltou, disse que, infelizmente, a única função que eu poderia ocupar era de faxineira. Eu perguntei a ele: “Assina minha carteira? Paga salário?”, e ele disse que sim. Então respondi que podia me contratar. Enquanto fazia a faxina, ficava vendo como os livros eram produzidos, como os originais chegavam, como todo aquele processo funcionava. Aos poucos fui conhecendo todo o processo editorial.

E enquanto isso você ainda estava fazendo o curso de contabilidade? Ou já tinha terminado?

Estava quase terminando. Só que aí acabei ficando muito amiga de uma das secretárias dos americanos que estavam recuperando o Instituto de Educação, e ela me disse que, com a minha capacidade, eu deveria cursar jornalismo. Eu acreditava que não tinha preparo para enfrentar o vestibular, mas acabei passando pa-

Quando o livro ficou pronto, percebi que era exatamente aquilo que eu queria oferecer às crianças: personagens negros bonitos, fortes e protagonistas de suas próprias histórias

ra a segunda turma do curso na UFMG.

Mais tarde, eu trabalhei em editoras fundadas por pessoas ligadas à UFMG e depois tive a oportunidade de estudar editoração na França com uma bolsa. Lá, percebi algo que nunca tinha reparado no Brasil: havia muitos escritores negros publicados. Foi quando me dei conta de que, mesmo trabalhando com livros havia tantos anos, eu nunca tinha editado um autor negro. Aquela experiência mudou completamente minha forma de enxergar o meu trabalho.

Foi aí que surgiu a ideia de criar a Mazza Edições?

Isso! Eu tinha recebido uma proposta para permanecer na França e fazer doutorado. Mas eu queria voltar pro Brasil e abrir uma editora para publicar autores negros. Ouvi muito que eu estava louca, que não tinha dinheiro nem estrutura. Mas não tirei a ideia da cabeça.

A primeira coleção que imaginei chamava-se “Essa História Eu Não Conhecia”. A proposta era contar a história da população negra sob outra perspectiva, diferente daquela que aprendemos na escola. Mostrar quem eram essas pessoas antes da escravidão, qual foi sua contribuição para a formação do Brasil e apresentar uma narrativa construída a partir do nosso próprio olhar.

Quando voltei, comecei praticamente do zero. Aproveitei equipamentos antigos que haviam ficado em uma das editoras que eu trabalhei e fui recuperando o que era possível. Antes mesmo disso, eu havia comprado um terreno para construir uma casa para minha mãe. Com ajuda de amigos arquitetos e engenheiros, consegui construir a casa, onde também montei uma pequena gráfica. Então surgiu a pergunta: “Como vai se chamar a editora?”. Várias ideias apareceram, até que alguém disse: “Por que não Mazza?”. O nome acabou pegando, e assim nasceu a Mazza Edições.

Como foi o processo de encontrar os autores que

seriam publicados?

Quando comecei, eu não sabia onde estavam os intelectuais negros brasileiros, nem outros escritores negros publicando. Foram quase dez anos de muita luta. Eu publicava a coleção “Essa História Eu Não Conhecia”, enquanto o movimento negro ajudava a divulgar esse material.

Além dos livros voltados para professores e para a formação da população negra, eu tinha outra preocupação: fazer livros para crianças negras. Quando eu era criança, os personagens negros apareciam sempre de forma estereotipada. Eram feios, caricatos, ocupavam lugares de inferioridade.

Foi daí que nasceu a coleção “De Lá Pra Cá”. A ideia era recontar contos clássicos, mas trazendo personagens negros e cenários brasileiros. O primeiro livro foi Rapunzel. Eu queria que aquela menina tivesse cabelo crespo, traços negros e uma história que dialogasse com a nossa realidade. Foi difícil encontrar um ilustrador que entendesse exatamente o que eu queria. O primeiro desenho trazia uma menina com pele negra, mas com traços completamente europeus. Só na terceira tentativa nós encontramos a Rapunzel que eu imaginava.

Quando o livro ficou pronto, percebi que era exatamente aquilo que eu queria oferecer às crianças: personagens negros bonitos, fortes e protagonistas de suas próprias histórias. Além disso, as crianças conhecem a fauna, a flora e a cultura do Brasil. A coleção cresceu, vieram Chapeuzinho Vermelho, João e o Pé de Erva-Mate, Bela do Reino do Samba, Flautista do Cariri... Esse sempre foi meu objetivo: que as crianças se reconhecessem nas histórias e entendessem que também fazem parte delas.

Em 2003, foi aprovada a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Como foi o diálogo da Mazza Edições com as escolas públicas de BH depois dessa legislação? A medida impul-



sionou a editora?

A lei foi um divisor de águas, pois abriu um espaço que antes praticamente não existia. Durante muitos anos, a Mazza foi uma das poucas editoras do país especializada nesse tipo de publicação. Muitos escritores que começaram na Mazza seguiram outros caminhos e passaram a integrar catálogos de editoras maiores. Isso nunca me incomodou, a proposta da Mazza sempre foi abrir portas. Nós publicamos autores como Conceição Evaristo, Edimilson de Almeida Pereira, Cuti e tantos outros que hoje são reconhecidos nacionalmente.

Então, a lei foi extremamente importante, mas ela ainda está longe de ser plenamente cumprida. Hoje a Mazza tem menos espaço do que já teve, nós dependemos muito das políticas públicas. Nossos livros não perderam qualidade, mas o mercado mudou. As grandes editoras têm muito mais estrutura de divulgação, equipes comerciais e poder de negociação junto às escolas e aos sistemas de ensino.

Alguns livros da Mazza falam sobre os orixás e outros elementos das religiões de matriz africana para o público infantil e ju-

venil. Já houve casos de intolerância religiosa em relação a essas publicações?

Muitas vezes, quando esses livros chegam às escolas, as famílias reclamam e pressionam para que sejam retirados. Isso mostra que ainda há muito preconceito. A lei abriu um caminho importante, mas, na prática, ainda existem muitas escolas que não trabalham a história e a cultura afro-brasileira como deveriam.

Durante muito tempo, as religiões de matriz africana foram tratadas com preconceito. Muita gente conhece muito pouco sobre elas e acaba reproduzindo estereótipos. A literatura tam-

bém pode ajudar a combater esse desconhecimento. Eu sempre achei que não adiantava falar da cultura afro-brasileira sem falar também da religiosidade.

E como você vê o cenário da literatura negra em BH e em Minas? Tem autores que você destacaria e que acha que mais pessoas deveriam conhecer?

Aqui em BH, por exemplo, tem o Ricardo Aleixo, que é um autor extraordinário. Tem ainda o Edimilson de Almeida Pereira, um escritor de altíssimo nível, e também o Olegário Alfredo, que é cordelista e músico. Minas Gerais sempre teve uma tradição muito forte na literatura, e isso continua acontecendo.

Hoje também vejo uma mudança importante no mercado editorial. Quando comecei, praticamente não existiam editoras dirigidas por mulheres negras. Agora há iniciativas em São Paulo, no Rio, no Nordeste e em várias outras regiões do país.

Pra fechar: se você tivesse que indicar um livro da Mazza Edições e um livro da literatura brasileira que todo mundo deveria ler, quais seriam?

Da Mazza, eu indicaria Leite do Peito, da Geni Guimarães. É um livro muito importante, que acompanha a trajetória da personagem e toca em questões profundas de identidade, educação e vida. E, da literatura brasileira, sem dúvida, Um Defeito de Cor, da Ana Maria Gonçalves. É um livro extraordinário. Todo mundo deveria ler.

** Estagiária, sob supervisão de Renato Fonseca*



SEM PROVA DE VIDA

QUASE METADE DOS APOSENTADOS DA PBH NASCIDOS EM JULHO PODEM FICAR SEM SALÁRIO

SABINE VAN ERP/PIXABAY



| DOHOJEEMDIA*
portal@hojeemdia.com.br

Termina na próxima sexta-feira (31) o prazo para aposentados e pensionistas que fazem aniversário em julho e recebem benefícios pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) realizarem a prova de vida. Após esse prazo, o pagamento será suspenso e retomado somente no mês seguinte à regularização.

Dos 1.754 beneficiários aniversariantes deste mês, 867 (equivalente a 49,43%) ainda não tinham feito o procedimento até a última quarta-feira (22). Tinham sido registradas 887 provas de vida, correspondentes a 50,57% do total.

Assim como nos anos anteriores, a prova de vida é um procedimento obriga-

tório e deve ser realizada no mês de aniversário. A medida tem como objetivo garantir a regularidade dos pagamentos e coibir possíveis fraudes.

A prova de vida pode ser feita pela internet, de forma rápida e prática, sem necessidade de deslocamento. Também é possível realizar o procedimento presencialmente nas agências do Banco Bradesco, instituição conveniada à PBH, por meio do atendimento gerencial ou dos equipamentos de autoatendimento.

PELO APLICATIVO GOV.BR

Para fazer a prova de vida digital, o beneficiário deve ter biometria cadastrada no Tribunal Regional Eleitoral ou no Departamento de Trânsito, além de conta ativa no aplicativo gov.br.

Basta acessar o aplicativo pelo celular, utilizando login e senha, selecionar a opção "Prova de Vida", autorizar a solicitação e realizar o reconhecimento facial com a câmera do aparelho, em um ambiente bem iluminado. Após a validação, o status da prova de vida será atualizado para "autorizado".

NAS AGÊNCIAS DO BRADESCO

No Bradesco, a prova de vida pode ser realizada no atendimento gerencial ou nos equipamentos de autoatendimento das agências e postos da instituição financeira, com leitura biométrica, preferencialmente entre os dias 11 e 25 de cada mês.

Após a conclusão do procedimento, é necessário retirar o comprovante no

A prova de vida pode ser feita pela internet, de forma rápida e prática, sem necessidade de deslocamento. Também é possível realizar o procedimento presencialmente nas agências do Banco Bradesco

equipamento, que confirma a realização da prova de vida.

No caso de pensionista menor de 18 anos é necessário comparecer ao banco acompanhado do pai, da mãe ou do representante legal.

TEM EXCEÇÃO

Estão previstas exceções para beneficiários impedidos de se locomover por questões médicas, para aqueles declarados absolutamente incapazes em processo judicial e para os que residem ou estejam tempo-

rariamente no exterior.

Nesses casos, o beneficiário deve acessar o Portal da PBH, clicar em "Acesso Rápido" e, em seguida, em "Prova de Vida", para consultar as orientações sobre os procedimentos específicos.

PENDÊNCIAS DE 2026

A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão informa que 393 beneficiários ainda não realizaram a prova de vida referente aos meses de janeiro a junho de 2026.

NÃO CAIA EM GOLPES

A PBH não solicita dados pessoais ou bancários por telefone para a realização da prova de vida, nem realiza ligações com mensagens gravadas para seus beneficiários.

*Informações da PBH

CONSELHO OMISSO CORRE RISCO DE INDENIZAR O CONDOMÍNIO, CASO SEJA CONIVENTE COM ERROS DO SÍNDICO



Um Conselho independente e atuante é essencial para proteger o condomínio

KÊNIO DE SOUZA PEREIRA
KPEREIRA@HOJEMDIA.COM.BR

Muitos condôminos aceitam integrar o Conselho apenas para preencher a composição exigida na convenção ou fazer um favor ao síndico.

Entretanto, quem aceita ser conselheiro assume perante toda a coletividade o compromisso de acompanhar a administração, conferir documentos, analisar as contas e apontar eventuais irregularidades.

A omissão e os atos irregulares praticados pelo síndico atraem pra ele o dever de indenizar, sendo que caso os conselheiros não denunciem à assembleia ou ignorem esses problemas, podem também vir a responder pelos danos causados.

O CONSELHEIRO DEVE FISCALIZAR E NÃO APENAS ASSINAR
Se o síndico pratica irregularidades, realiza pagamentos indevidos, desvia recursos ou administra com negligência, será o primeiro responsável pelos prejuízos causados ao condomínio.

Entretanto, justamente para reduzir o risco desses prejuízos, existe o Conselho. Sua função é acompanhar a gestão, examinar documentos, conferir a prestação de contas e alertar os condôminos sempre que identificar irregularidades.

Quando o conselheiro deixa de exercer essa fiscalização, limita-se a assinar balancetes sem conferir documentos ou fecha os olhos para irregularidades que poderiam ser percebidas, sua omissão pode contribuir para que o prejuízo aumente. É comum o síndico, ao ser processado, colocar a culpa no Conselho, alegando serem os conselheiros coniventes com os erros.

Na prática, muitas administradoras percebem irregularidades, mas evitam confrontar o síndico por receio de perder o contrato

CONSELHEIRO REPRESENTA CONDÔMINOS, NÃO O SÍNDICO
Nada impede que síndico e conselheiro tenham boa relação pessoal. O problema surge quando essa proximidade impede questionamentos, faz aprovar documentos sem conferência ou leva o conselheiro a ignorar irregularidades.

Nesse momento, deixa de cumprir a função para a qual foi eleito. Sua lealdade deve ser com o condomínio e não com o síndico, pois o conselheiro atua em nome dos vários condôminos que confiaram nele.

A ADMINISTRADORA NÃO SUBSTITUI O CONSELHO
Muitos acreditam que essa fiscalização cabe à administradora,

mas isso não é verdade. Ela presta serviços ao condomínio e executa as atribuições previstas em contrato, normalmente seguindo as determinações do síndico.

Na prática, muitas administradoras percebem irregularidades, mas evitam confrontar o síndico por receio de perder o contrato.

Por isso, um Conselho independente e atuante é essencial para proteger os interesses dos condôminos.

QUEM FISCALIZA COSTUMA SER INJUSTAMENTE CRITICADO
Infelizmente, é cada vez mais comum a inversão de valores nos condomínios. O conselheiro que faz perguntas, exige documentos, solicita esclarecimentos e aponta falhas acaba sendo rotulado como “criador de problemas”. Em contrapartida, aquele que aprova tudo sem conferir documentos costuma ser visto como “tranquilo” e “fácil de lidar”.

Por questão de segurança devemos prestigiar os conselheiros independentes, que exerçam a fiscalização com seriedade e responsabilidade. Quando um condômino comunica uma irregularidade deve ser apoiado pela coletividade, pois valorizando a honestidade teremos condomínios mais seguros e transparentes.

Diretor Regional em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário. Advogado e Conselheiro do Secovi-MG e da CMI-MG.Consultor Especial da Presidência da OAB-MG

VES
20
26/2
TI
BU
LAR

FACULDADES
PROMOVE | FACULDADES
KENNEDY

0800 031 2103 | (31) 98488-7050

★ INSCREVA-SE! ★

A GENTE FORMA
VOCÊ
TRANSFORMA!

MORDAÇA DE XANGAI

MÁRCIO COIMBRA*

Na abertura da recente Conferência Mundial de Inteligência Artificial em Xangai, Xi Jinping anunciou a criação da Organização Mundial de Cooperação em Inteligência Artificial. Com a adesão de 28 países — incluindo o Brasil —, Pequim vendeu a iniciativa como um marco emancipatório para o Sul Global, prometendo capacitar 5.000 profissionais e democratizar a governança do setor. Contudo, por trás da retórica inclusiva, esconde-se uma estratégia geopolítica calculada e o risco iminente de aprisionamento tecnológico.

Ao exaltar o open source como uma “oportunidade histórica”, o regime chinês expõe um paradoxo flagrante. A China opera o ecossistema digital mais censurado do mundo, protegido pelo Great Firewall e regido por normas que exigem que qualquer IA generativa reflita compulsoriamente os “valores socialistas” do Partido Comunista. Pregar abertura internacional enquanto se impõe uma mordaça algorítmica interna serve apenas para absorver dados e tecnologia ocidentais, sem jamais permitir auditoria transparente em seus próprios sistemas.

Essa promessa de representatividade para o Sul Global mascara a exportação deliberada de dependência. Ao financiar a infraestrutura e os padrões técnicos na América Latina, Pequim desenha a própria arquitetura que sustentará os serviços públicos digitais da região. Ao integrar essa estrutura, o Brasil vincula sua gestão pública e seus dados estratégicos a um stack autoritário cujo custo de transição futuro será proibitivo.

A hipocrisia se reflete também na crítica chinesa ao uso da “segurança nacional” para restringir tecnologias — uma alusão direta aos Estados Unidos. A China, sabemos, é pioneira na fusão civil-militar, bloqueia dados transfronteiriços e subsidia estatais sob esse exato pretexto. Além disso, o conceito de “controle humano” defendido por Pequim se traduz, na prática, no controle irrestrito do Estado sobre o cidadão, por meio de vigilância em massa e reconhecimento facial.

Diante desse cenário, a verdadeira soberania digital brasileira exige a construção de soluções próprias, alinhadas às nossas necessidades institucionais, culturais e aos valores democráticos. Em vez de se subordinar

A hipocrisia se reflete também na crítica chinesa ao uso da “segurança nacional” para restringir tecnologias — uma alusão direta aos Estados Unidos

ao modelo de vigilância de Pequim, o Brasil deve priorizar o desenvolvimento de um modelo de linguagem em português (IA) por meio de alianças estratégicas com nações altamente confiáveis e tecnologicamente avançadas. Países como Japão e Taiwan, referências globais na produção de hardware de ponta e na pesquisa ética em inteligência artificial, representam parceiros ideais que merecem um olhar muito mais atento e prioritário por parte da diplomacia e do setor de inovação nacional.

A adesão à diplomacia de Xangai reflete uma ingenuidade estratégica perigosa. Uma governança de IA verdadeiramente inclusiva e democrática exige neutralidade pragmática, transparência algorítmica e a recusa firme em importar modelos fundamentados no controle e na vigilância estatal. Para garantir um futuro digital seguro e soberano, o Brasil deve escapar das mordaças e parcerias enganosas, fortalecendo cooperações éticas, preservando sua autonomia.

* CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado F

COLABORIDADE: POR QUE A INOVAÇÃO SÓ NASCE QUANDO AS IDEIAS SE ENCONTRAM

FERNANDA FONTES*

Em um mundo que privilegia velocidade, automação e atalhos, pode parecer contraintuitivo dizer que a inovação começa com uma conversa sem pressa e atenta. Mas é exatamente isso que as metodologias mais contemporâneas têm mostrado: boas soluções raramente nascem de respostas prontas. Elas surgem de trocas abertas, escuta ativa e diálogos sem censura, que não têm medo de encontrar trilhas não traçadas. Pesquisas reforçam essa lógica.

Estudos indicam que empresas com grupos diversos têm melhor desempenho financeiro (McKinsey) e tomam decisões melhores em até 87% das situações (Cloverpop), enquanto empresas com maior diversidade têm até 70% mais chances de conquistar novos mercados (Harvard Business Review). Quando diferentes repertórios se encontram, a qualidade das escolhas aumenta, e a inovação deixa de ser intuição para se tornar construção coletiva.

No Brasil, esse gesto ganha um nome afetuofo e profundamente cultural: a resenha. Muito antes de ser um bate-papo informal, a resenha pode ser também um espaço seguro de experimentação, onde repertórios se cruzam, tensões se dissolvem e novas rotas criativas emergem. Resenha, conversa ou troca, o movimento funciona como o primeiro laboratório de qualquer ideia, o começo de tudo, um lugar onde hipóteses são testadas, refutadas, reposicionadas - e onde renascem melhores.

É justamente nesse encontro de olhares diversos que nasce a colaboridade, um conceito que vai além da colaboração tradicional. Se colaboração é somar forças, colaboridade é multiplicar perspectivas. É a união da criatividade com a colaboração e a diversidade, todas operando de forma simultânea. É o entendimento de que nenhuma inteligência é suficiente sozinha, e que o valor real está no entre. Limites que saem do eixo Rio-SP, encontram o Brasil real. A diversidade geracional também é um ganho nas mesas de colaboração.

No mercado da comunicação, esse modo de operar desafia estruturas lineares, porque transforma o briefing em diálogo. Em vez de perguntas que levam a respostas fechadas, colaboridade propõe conversas que abrem possibilidades. Ela honra o que a cultura brasileira tem de mais potente, que é a capacidade de improvisar com intenção, de criar a partir da troca, de transformar conversa em movimento cultural.

Dentro dessa lógica, surgem metodologias que materializam essa postura. Entre elas, ciclos estruturados de imersão, cocriação e prototipagem, organizados como sprints colaborativos que reúnem especialistas multidisciplinares e times dos próprios clientes para enfrentar desafios reais de comunicação e negócio. Não são metodologias cheias de jargões, mas práticas vivenciais que integram estratégia, criatividade e sensibilidade cultural desde o início, garantindo que as ideias não permaneçam no campo teórico, mas se tornem implementáveis.

Ao trabalhar com times e clientes em colaboridade, as organizações eliminam decisões isoladas, aceleram descobertas e constroem soluções mais enraizadas na realidade das pessoas. A inovação deixa de ser um ato heroico e passa a ser um ato coletivo, distribuído, vivo e contínuo.

Em um cenário de transformações aceleradas, a vantagem não está em quem responde mais rápido, mas em quem escuta melhor. E quem escuta melhor é quem conversa, quem resenha, quem entende que, antes de qualquer entrega, existe uma relação.

A inovação do futuro vai nascer menos de processos fechados e mais de encontros verdadeiros. Porque sempre que ideias se encontram, algo novo começa a existir.

*CCO da Agência Ginga



REDAÇÃO
(31) 3253-2226 - 3253-2229
Rua dos Pampas, 484, Prado
CEP: 30.411-030
Belo Horizonte-MG

ANA PAULA LIMA
Editora-Executiva

EDIMINAS S/A
Editora Gráfica Industrial de MG

COMERCIAL
Júnior Lopes
(31)98466-5199
(31) 3191-5929
comercial@hojeemdia.com.br

PUBLICIDADE LEGAL
EDITAIS E BALANÇOS
fonados@hojeemdia.com.br
(31) 3253-2210

GERAL:
(31) 3253-2205

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
(31) 3253-2225
atendimento@hojeemdia.com.br

MERCADO LEITOR
circulacao@hojeemdia.com.br



A MOEDA, A MARCA
E O PODER DA PERCEPÇÃO

VICTOR FORTUNATO*

O dinheiro talvez seja o caso mais radical de branding já produzido pela humanidade. A afirmação pode soar provocativa, especialmente para quem associa branding apenas a logotipos, campanhas publicitárias ou estratégias de marketing. No entanto, basta observar a história econômica recente para perceber que o valor de uma moeda nunca esteve no papel que a representa, mas na confiança coletiva depositada sobre ela.

O mundo oferece exemplos eloquentes dessa realidade. O Zimbábue tornou-se símbolo do colapso da confiança monetária ao emitir uma cédula de 100 trilhões de dólares zimbabuanos que, na prática, não era suficiente para comprar um simples pão. A nota continuava sendo impressa com os mesmos processos gráficos, possuía elementos de segurança e carregava a assinatura do Estado. Ainda assim, havia perdido completamente sua função econômica porque a população deixou de acreditar em seu poder de compra.

A Argentina percorreu caminho semelhante. Desde 2009, o peso argentino perdeu praticamente todo o seu valor frente ao dólar, levando milhões de cidadãos a buscar proteção em moeda estrangeira, guardando dólares físicos ou recorrendo a ativos dolarizados. Mais do que uma mudança financeira, trata-se de um fenômeno de comportamento. O consumidor simplesmente abandonou a moeda nacional em

favor daquela que transmitia maior segurança e previsibilidade.

Esses episódios demonstram que dinheiro não é apenas um instrumento econômico. É, antes de tudo, um contrato psicológico firmado entre uma sociedade e sua moeda. O papel em si custa poucos centavos para ser produzido. Não possui utilidade material significativa, não alimenta, não veste e não abriga ninguém. Seu valor nasce exclusivamente da crença compartilhada de que ele poderá ser trocado por bens e serviços. Quando essa crença desaparece, desaparece também o valor.

Sob essa perspectiva, a lógica das marcas torna-se muito mais clara. Uma marca forte funciona exatamente como uma moeda confiável. Ela representa uma promessa. Enquanto consumidores acreditam que essa promessa será cumprida, o valor da marca permanece elevado. Quando a confiança é rompida, não há identidade visual sofisticada, investimento publicitário ou reposicionamento estético capaz de impedir a perda de credibilidade.

A história brasileira oferece um dos exemplos mais interessantes dessa dinâmica. Em 1994, o país convivia com inflação próxima de 5.000% ao ano. Os preços eram remarcados diariamente e a população já não confiava na própria moeda. Antes da criação do Real, foi implementada a Unidade Real de Valor (URV), uma moeda que sequer

existia fisicamente. Durante quatro meses, salários, contratos e preços passaram a ser expressos em URV, enquanto os pagamentos continuavam sendo realizados em cruzeiros reais.

A genialidade desse processo consistiu em preparar primeiro a percepção das pessoas. A população passou a pensar em uma nova referência de valor antes mesmo de receber uma nova cédula. Quando o Real entrou oficialmente em circulação, em julho de 1994, a mudança ocorreu de forma muito mais natural. A inflação, que havia alcançado 47% em junho, caiu para 6,9% em julho e continuou recuando nos meses seguintes.

O sucesso do Plano Real costuma ser analisado sob a ótica econômica, mas ele também oferece uma importante lição sobre construção de valor. A transformação começou na percepção coletiva e somente depois foi materializada em um novo produto. Em linguagem contemporânea, trata-se de um dos maiores processos de reposicionamento já realizados por um país.

Esse princípio vale igualmente para empresas, instituições e profissionais. Toda marca depende da coerência entre aquilo que promete e aquilo que entrega. O consumidor pode até ser atraído inicialmente por uma campanha criativa ou por um design bem elaborado, mas permanecerá fiel apenas se a experiência confirmar a

expectativa criada.

Construir confiança exige tempo, consistência e repetição. Destruí-la pode levar apenas alguns dias. Uma promessa rompida tem o potencial de corroer rapidamente um patrimônio reputacional construído ao longo de décadas. É por isso que branding não pode ser confundido com comunicação visual. Seu verdadeiro ativo é a credibilidade.

O dinheiro continua sendo a prova mais evidente desse fenômeno. Um pedaço de papel produzido a baixo custo pode movimentar economias inteiras enquanto existir confiança em seu valor. Quando essa confiança desaparece, resta apenas o papel. O mesmo acontece com qualquer marca. Seu maior patrimônio não está em seus símbolos, mas na percepção que consegue construir e preservar ao longo do tempo.

Em um ambiente cada vez mais competitivo, compreender essa lógica talvez seja a principal vantagem estratégica disponível para empresas e organizações. Afinal, valor não nasce dos atributos físicos de um produto ou serviço. Valor nasce da confiança. E confiança, como demonstra a própria história do dinheiro, é o ativo mais valioso e, ao mesmo tempo, o mais frágil que existe.

* Especialista em posicionamento de marcas, estrategista de branding e autor do livro Branding pra Brasileira.

VES
TIBU
LAR

2026.1

FUNORTE:

sua carreira,
seu futuro

AGENDADO

funorte.edu.br

38 998782438

FUNORTE

CENTRO UNIVERSITÁRIO

11 VEZES MAIS

RECEITA APREENDE R\$ 893 MIL EM CANETAS EMAGRECEDORAS SÓ NO 1º SEMESTRE EM MINAS

ALFÂNDEGA DE FOZ DO IGUAÇU / DIVULGAÇÃO



| BERNARDO HADDAD
| @_bezao

O contrabando de “canetas emagrecedoras” – injetáveis indicados para tratamentos da obesidade e do diabetes – avança, deixando autoridades e forças de segurança em alerta, além de causar preocupação entre os médicos. Só em Minas, as cargas de medicamentos confiscadas no primeiro semestre deste ano foram avaliadas em R\$ 893 mil, valor 11 vezes superior (1.000% maior) do que o registrado no mesmo período do ano passado.

De janeiro a junho do ano passado, as apreensões no território mineiro somaram R\$ 78.862. A estimativa do valor comercial

das cargas é da Receita Federal, que considera o recolhimento de produtos ilegais sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O comércio ilegal é turbinado pela procura desenfreada de pessoas dispostas a usar os injetáveis que prometem perda de peso de forma rápida. Recentemente, um homem de 40 anos foi preso com 196 ampolas que supostamente armazenavam as substâncias semaglutida e tirzepatida, indicadas para o tratamento de obesidade e diabetes sob prescrição médica.

A carga de origem paraguaia foi apreendida na BR-262, em Juatuba, Grande BH, pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Só entre 1º

de janeiro e 31 de maio deste ano, a PRF recolheu 202 canetas emagrecedoras e 655 ampolas sem registro da Anvisa nas rodovias que cortam Minas.

ENTIDADES ALERTAM PARA RISCOS À SAÚDE

Diante do aumento da circulação de medicamentos de origem irregular, entidades médicas têm reforçado os alertas à população. A Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso) e as sociedades brasileiras de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) e de Diabetes (SBD) afirmaram que versões manipuladas, modificadas ou de origem desconhecida de medicamentos como semaglutida e tir-

Estimativa do valor comercial das cargas é da Receita Federal, que considera o recolhimento de produtos ilegais sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária

zepatida representam riscos à saúde.

Segundo as entidades, esses medicamentos são biológicos e exigem processos rigorosos de fabricação, controle de qualidade, este-

rilidade e conservação para garantir segurança e eficácia.

Ainda conforme as entidades, esses produtos costumam ser anunciados como opções mais baratas e

com os mesmos resultados dos medicamentos aprovados pelos órgãos reguladores, mas essa promessa não tem respaldo científico e pode expor os usuários a riscos graves.

“Relatos da FDA (Administração Federal de Alimentos e Medicamentos dos EUA) documentam problemas graves de administração em versões alternativas ou manipuladas, com doses superiores ou inferiores às recomendadas, contaminações e substituição por outros compostos”, alerta a nota. “A semaglutida e a tirzepatida alternativas ou manipuladas são frequentemente divulgadas como opções mais acessíveis e igualmente eficazes, o que é uma falsa promessa”.

SAÚDE E CIÊNCIA

FUSÃO DE AMEAÇAS

COMBINAÇÃO DE FATORES PROPICIA ALERGIA ALIMENTAR NA INFÂNCIA, APONTA ESTUDO

FREEPIK/DIVULGAÇÃO

| FERNANDA BASSETTE
| Da Agência Einstein

Uma revisão sistemática que reuniu dados de 2,8 milhões de crianças de 40 países identificou os principais fatores associados ao desenvolvimento de alergias alimentares nos primeiros anos de vida. Publicado na revista JAMA Pediatrics, o trabalho indica que o problema resulta da combinação de predisposição genética, alterações na barreira da pele, exposição precoce a antibióticos e fatores ambientais.

A alergia alimentar ocorre quando o sistema imunológico reage de forma inadequada às proteínas presentes em determinados alimentos, como leite, ovo, amendoim, castanhas ou peixes. Em vez de reconhecê-las como inofensivas, o organismo passa a tratá-las como ameaça, desencadeando desde manifestações leves até quadros graves, como a anafilaxia.

“Na criança, o sistema imunológico ainda está em desenvolvimento, por isso pode reconhecer essas proteínas alimentares como algo estranho, desencadeando a reação alérgica”, explica a alergista pediátrica Renata Rodrigues Cocco, do Einstein Hospital Israelita.

Os autores analisaram 190 estudos e avaliaram 342 possíveis fatores associados ao desenvolvimento de alergias alimentares. A conclusão é de que se deve levar em conta a presença de dermatite atópica (eczema) no primeiro ano de vida; a introdução tardia de alimentos potencialmente alergênicos, como amendoim e ovo; o uso de antibióticos nos primeiros meses de vida e o histórico familiar de alergias. Também foram observadas associações com parto cesáreo, sexo masculino e o fato de a criança ser a primogênita, embora esses aspectos tenham apresentado impacto menor.

“Hoje entendemos que a alergia alimentar não tem



A alergia alimentar ocorre quando o sistema imunológico reage de forma inadequada às proteínas presentes em determinados alimentos, como leite, ovo, amendoim, castanhas ou peixes

uma única causa e que ela é uma doença da vida moderna”, analisa Cocco. “Alterações no microbioma, alimentação rica em ultraprocessados, poluição e outros fatores ambientais podem aumentar a permeabilidade da mucosa e fazer com que o sistema imunológico passe a reconhecer proteínas dos alimentos como se fossem uma ameaça”.

PAPEL DA DERMATITE E DA INTRODUÇÃO ALIMENTAR

Um dos principais achados da revisão é a relação entre dermatite atópica e o surgimento da alergia alimentar. Bebês que apresentaram eczema no primeiro ano de vida tiveram risco de três a quatro vezes maior de desenvolver alergias. Isso acontece porque

Outro resultado que chama a atenção diz respeito ao momento da introdução alimentar. O estudo mostra que oferecer amendoim, por exemplo, somente após os 12 meses de vida mais do que dobra o risco de a criança desenvolver alergia ao alimento

a pele exerce um papel importante na proteção do organismo. “A dermatite atópica sempre foi considerada um sinal de alerta. Ela faz parte do que chamamos de marcha atópica, uma sequência que pode começar com eczema e ser seguida por alergias alimentares e, mais tarde, por rinite e asma”, explica a alergista e imunologista.

Outro resultado que chama a atenção diz respeito ao momento da introdução alimentar. O estudo mostra que oferecer amendoim, por exemplo, somente após os 12 meses de vida mais do que dobra o risco de a criança desenvolver alergia ao alimento. Esse achado reforça mudanças recentes nas recomendações pediátricas, que não indicam adiar alimentos

potencialmente alergênicos como forma de prevenção.

“A orientação que seguimos é a de manter o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade e, a partir daí, iniciar a introdução alimentar incluindo progressivamente todos os grupos de alimentos, inclusive ovo, peixe e amendoim, de acordo com o desenvolvimento da criança e com a orientação do pediatra”, orienta Renata Cocco.

O estudo também encontrou associação entre o uso de antibióticos, principalmente no primeiro mês de vida, e maior risco de alergias alimentares. A explicação mais provável está no impacto desses medicamentos sobre o microbioma — conjunto de microrganismos que vivem no organismo e participam do desenvolvimento e fortalecimento do sistema imunológico da criança.

A predisposição genética também pesa: crianças com pais ou irmãos alérgicos apresentam maior probabilidade de desenvolver alergia alimentar, segundo a análise. “O componente genético aumenta o risco, mas não explica tudo. É justamente a combinação entre genética e fatores ambientais que parece favorecer o desenvolvimento das alergias”, observa a médica.

O trabalho ainda relaciona alergias alimentares alimentares a aspectos como baixo peso ao nascer, nascimento pós-termo, aleitamento materno parcial, dieta materna durante a gravidez e estresse gestacional. Para a especialista, porém, esses resultados devem ser interpretados com cautela. “Em relação ao estresse e à alimentação durante a gravidez, existem limitações metodológicas importantes. Já há evidências mais consistentes mostrando, por exemplo, que restringir alimentos potencialmente alergênicos durante a gestação não previne alergias na criança”, conclui.

VES TIBU LAR

2026.1

Digital

Aulas nos formatos

EAD
Presencial
Digital

Escolha o que mais
combina com você

INSCRIÇÕES
ABERTAS

FUNORTE:

sua carreira,
seu futuro

funorte.edu.br

38 998782438



FUNORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO